




QUANDO JUVENTUDE NÃO É APENAS UMA PALAVRA: UMA RELEITURA SOCIOLOGICA ACERCA DA CATEGORIA JUVENTUDE

*WHEN YOUTH IS NOT JUST A WORD: A SOCIOLOGICAL RE-
VIEW ABOUT THE YOUTH CATEGORY*

 **Vinicius Oliveira Seabra Guimarães**
Doutor em Educação (PUC Goiás)
Faculdade de Piracanjuba (FAP)
Piracanjuba, Goiás – Brasil.
vs.seabra@gmail.com

 **Luís Antonio Groppo**
Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP)
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)
Alfenas, Minas Gerais – Brasil.
luis.groppo@unifal-mg.edu.br

Resumo: O presente artigo propõe rediscutir a pergunta que foi feita a Pierre Bourdieu em 1978: “como aborda o sociólogo o problema dos jovens?” Nesse viés, dá-se destaque à categoria juventude como uma construção histórico-social, ao mesmo tempo que trata os jovens como atores e sujeitos sociais em destaque nas análises sociológicas, especialmente a partir da segunda metade do século XX. O percurso teórico-metodológico proposto na abordagem deste artigo visa também tensionar com o título do capítulo em que Pierre Bourdieu responde à referida pergunta, visando desta maneira demonstrar que a juventude não é apenas uma palavra, apesar de reconhecermos que os limites da categoria juventude são relativamente nebulosos e que, sendo assim, possuem uma relativa invertebralidade. Todavia, amparados em uma Sociologia da Juventude, especialmente a partir de Margulis e Urresti (1996), Calvo (2005) e Bittencourt (2013), é possível destacar dentro de uma perspectiva sociológica alguns atributos que trazem identidade, distinção e materialidade à categoria, tais como: condição de latência social, emancipação das relações coletivas e protagonismo político-histórico-social.

Palavras-chave: juventude; sociologia; Pierre Bourdieu; sociedade.

Abstract: This article proposes to re-discuss the question that Pierre Bourdieu was asked in 1978: “how does the sociologist approach the problem of young people?” In this bias, the youth category is highlighted as a historical-social construction, while treating young people as social actors and subjects highlighted in sociological analyses, especially from the second half of the 20th century onwards. The theoretical-methodological path proposed in the approach of this article also aims to tension with the title of the chapter in which Pierre Bourdieu answers the aforementioned question, thus aiming to demonstrate that youth is not just a word, although we recognize that the limits of the youth category are relatively nebulous and, therefore, have a relative invertebrality. However, supported by a Sociology of Youth, especially from Margulis and Urresti (1996), Calvo (2005) and Bittencourt (2013), it is possible to highlight within a sociological perspective some attributes that bring identity, distinction and materiality to the category, such as: condition of social latency, emancipation of collective relations and political-historical-social protagonism.

Keywords: youth; sociology; Pierre Bourdieu; society.

Para citar – ABNT NBR 6023:2018

GUIMARÃES, Vinicius Oliveira Seabra; GROPPPO, Luís Antonio. Quando juventude não é apenas uma palavra: uma releitura sociológica acerca da categoria juventude. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 05-18, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v21n2.22787>.

Introdução

A categoria juventude tem sido exaustivamente investigada em especial nas últimas décadas, ganhando destaque no Brasil a partir dos estudos de, entre outras e outros, Helena Abramo (1994; 1997), Juarez Dayrell (1999; 2003; 2005), Marília Pontes Sposito (1994; 1999; 2005; 2007), Maria Carla Corrochano (2008; 2012; 2015). Entretanto, não é recente a inquietação de se compreender quem são esses ‘novos’ sujeitos sociais que se distinguem das crianças/adolescentes, mas que também se distinguem dos adultos/velhos. Essa preocupação investigativa fica notória nos estudos do historiador francês Philippe Ariès (1914-1984), especialmente na obra *História Social da Criança e da Família* (ARIÈS, 1981), em que intenta desvelar, desde o contexto medieval, o desvencilhar da categoria infância e, em seguida, a construção social de ‘novos’ sujeitos pós-infância, quiçá da juventude.

Os jovens são sujeitos sociais em ascensão nas reconfigurações da sociedade ocidental moderna. Por essa razão, as juventudes vêm ganhando destaque nas análises sociológicas, desvelando a atuação desses sujeitos junto à política, educação, religião, mídia, família, trabalho, movimentos sociais e movimentos estudantis. Os jovens são atores sociais, ou como prefere nomear Bourdieu (2001; 2003; 2005), são jogadores dentro dos campos sociais, disputando lugar e reclassificação social. Desta maneira, ora são considerados um problema de investigação, ora são considerados uma problemática de perturbação social, como assevera Bittencourt (2013).

A nossa abordagem começa a partir de uma questão norteadora: “como aborda o sociólogo o problema dos jovens?” Essa pergunta foi feita a Pierre Bourdieu (1930-2002) em uma entrevista que ele concedeu em 1978 que, posteriormente, em 1983, foi publicada no livro *Questões de Sociologia*, mais especificamente no capítulo intitulado: *A “juventude” é só uma palavra* (BOURDIEU, 2003). Para esse autor, as noções de adolescência, juventude e velhice são construções sociais antes de quaisquer outras representações, sendo que o propósito final dessas categorizações por faixas etárias é assegurar o poder e o controle social por dados sujeitos.

A pergunta norteadora da entrevista apresenta duas especificidades que merecem uma análise pormenorizada: primeiro, questiona-se a função social do sociólogo; segundo, instiga a necessidade de uma compreensão sociológica da categoria juventude. Logo, tomaremos essa divisão textual como basilares para construir uma releitura sociológica acerca da categoria juventude. Para essa dimensão, vamos recorrer aos estudos de Bourdieu (2003) como base teórico-reflexiva. Todavia, propomos avançar um pouco mais na análise e avaliar as condições sociais e históricas que evidenciam que a categoria juventude é mais que uma palavra, reforçando os pressupostos de uma Sociologia da Juventude. Nesse quesito vamos amparar nossa análise nos estudos de Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996) e estudos prévios do coautor deste artigo.

A função social do sociólogo na análise da categoria juventude

A proposta desse texto não é fazer um levantamento conceitual da origem da Sociologia, como seria se levássemos em consideração a perspectiva de Auguste Comte (1798-1857). De semelhante maneira, não temos a intenção de retomar os estudos clássicos da Sociologia, a saber, os de Émile Durkheim (1858-1917), Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920), para compreender o surgimento das Ciências Sociais. Entendemos que para essas abordagens, seriam necessárias análises próprias e percursos metodológicos específicos para delimitar adequadamente as categorias. Para tanto, nossa intenção nesse texto se orienta a partir da *Sociologia Reflexiva* de Pierre Bourdieu e de como seus pressupostos teórico-metodológicos ajudam a construir uma Sociologia da Juventude, que por definição ainda está em construção.

A fim de compreender a função social do sociólogo na perspectiva bourdieusiana se faz necessário extrapolar o capítulo em análise (*A “juventude” é só uma palavra*) e percorrer outras páginas da obra *Questões de Sociologia*. Para esse autor (BOURDIEU, 2003), a Sociologia incomoda (p. 23), interroga incansavelmente (p. 24); a Sociologia é uma ciência crítica (p. 24), que revela as coisas escondidas (p. 24); e a Sociologia descortina a noção de que a ideia pessoal ou gosto pessoal é uma ilusão (p. 51).

A partir dessas características, é possível considerar que a função social do sociólogo é compreender como uma determinada sociedade se estabelece, se organiza e se mantém. Parte-se do pressuposto de que as estruturas sociais não são espontâneas e nem neutras, muito pelo contrário, as colunas que mantêm de pé uma determinada sociedade são permeadas pelas disputas, competições e processos classificatórios. Logo, a noção de poder, dominação e violência simbólica são elementos intrínsecos ao combate, colocando, de um lado, os que visam a subversão da ordem e, de outro lado, os que visam a manutenção das estruturas sociais.

Ao sociólogo cabe a função de descortinar as normalidades, os sentidos comuns, o óbvio e aquilo que é tido como mera questão de gosto ou opinião pessoal, pois, como considera Bourdieu (2003), a sociologia é uma ciência crítica. Dessa maneira, ele concebe que o sociólogo é um cientista que deve ser capaz de transformar questões subjetivas e/ou abstratas em análises suscetíveis à compreensão científica e acadêmica, ou seja, tornar o intangível/imaterial em algo cognoscível, conhecível e quase que palpável, tratando a sociedade em termo de objetos e sujeitos de investigação científica.

Um desses sujeitos de investigação presentes nas estruturas sociais são as juventudes, que apresentam especificidades e particularidades que os distinguem das demais classificações sociais, como: infância, adolescência, idade adulta e velhice. Nesse sentido, a provocação de Bourdieu

(2003) remete à noção de que a sociologia ocupa-se de compreender como as sociedades se organizam, isto é, como esse coletivo define padrões classificatórios. Logo, é válido lembrar da observação de Bourdieu (2003, p. 152) em que pondera que “as classificações por idade (mas também por sexo, ou, evidentemente, por classe...) equivalem sempre por impor limites e produzir uma ordem à qual cada um se deve ater (...)”.

As faixas etárias, para Bourdieu (2003, p. 152), são uma forma de classificação e, sendo assim, “equivalem sempre a impor limites e a produzir uma ordem”. Logo, cabe ao sociólogo desvelar quais são os grupos dominantes que detêm o poder de determinar esses limites entre juventude e velhice, bem como desvelar como esses padrões de ‘ordem’ são compreendidos e assimilados pelos ditos velhos e, igualmente, pelos ditos jovens. Então, seria uma ingenuidade conceber que ambos grupos aceitariam essas designações etárias com passividade e subserviência, especialmente para aqueles que estão na velhice, o que favoreceu o surgimento da noção de um envelhecimento juvenil, como assevera Enrique Gil Calvo (2005).

Na segunda metade do século XX, tempo em que escrever Bourdieu, e agora, no início do século XXI, lugar de fala do presente texto, se torna perceptível que, mais do que juventude, talvez, seja a velhice quem se tornou apenas uma palavra, aquela que foi fortemente desconectada da noção de faixa etária e com distintivos fortemente subjetivos e relativistas, percepção essa que nos remete aos estudos de Simone Beauvoir (1990), Guita Grin Debert (1999; 2010) e Enrique Gil Calvo (2005) como basilares na busca por uma compreensão da categoria velhice ou, ainda, de um envelhecimento da juventude.

No contexto atual, essa percepção se evidencia pelo recorrente fato de se negar socialmente o uso da expressão ‘velho’, ou ainda no próprio uso pejorativo do termo ‘velho’, associando depreciativamente essa condição à noção de improdutividade e/ou inutilidade. Isso também se evidencia na predileção em romancear a velhice denominando-a de ‘melhor idade’, julgando assim ser possível permanecer na condição de juventude independentemente da idade, mas também independente da condição social, econômica e histórica dos sujeitos. Isso reafirma os estudos de Enrique Gil Calvo (2005), nos quais considera que a juventude se tornou uma etapa de transição com fronteiras muito borradas, imprecisas e até mesmo contraditórias.

A juventude é apenas uma palavra, afirmou Bourdieu (2003); se assim o for, a velhice também se tornou apenas uma palavra, conforme enfatizamos anteriormente, em especial no tempo presente, no século XXI. Para tanto, reforça-se a noção de que o uso excessivo das palavras/categorias tende a desgastar os sentidos, as representações e os significados dessas mesmas palavras/categorias. Por essa razão, uma das funções sociais do sociólogo é ‘lembrar’ que, por vezes, os critérios classificatórios não conseguem abarcar a complexidade de determinada realidade social. Logo,

é válido considerar os usos e os abusos das palavras/categorias em seus contextos de aplicação, revendo a elasticidade e plasticidade das categorias, assim como ponderar acerca das representações de poder e dominação que essas trazem para os sujeitos sociais.

Bourdieu (2003) insiste que não é possível saber quando a juventude começa e nem quando a juventude termina, ou seja, juventude é apenas uma palavra arbitrária e classificatória que remete à dominação e disputa social. Nesse sentido, o papel do sociólogo se torna mais árduo, pois se faz necessário inserir na análise elementos que visem enxergar para além das estruturas de dominação da própria sociedade, sendo que, de acordo com Bourdieu (2003), a disputa pelo poder se demonstra, entre outras, nas tensões entre a juventude e a velhice. Nesse viés, a categoria juventude se torna uma representação simbólica com teor panaceico, quase que indissociável da própria categoria ‘sociedade’, como um sintoma social da pós-modernidade. Assim sendo, de forma equivocada, a categoria juventude se torna uma representação coletiva geral para designar, exaustivamente, um estado de espírito alegre, descontraído e divertido.

Na perspectiva de Bourdieu (2003), tanto a juventude como a velhice não são constituídas de forma espontânea, mas sim de forma histórica e social, a partir da luta entre esses atores/jogadores, sendo que o que está em disputa é a “transmissão do poder e dos privilégios entre gerações” (BOURDIEU, 2003, p. 162). Nesse viés, não seria desproporcional supor que, no século XXI, a categoria juventude esteja perdendo a disputa, pois a categoria velhice tem se apropriado dos distintivos da juventude para se definir e se classificar como sujeitos sociais. Logo, o que se tem é uma elasticidade e uma relativa plasticidade do ser jovem, que esquizofrenicamente amolda todos indistintamente, tornando a noção de juventude apenas um rótulo que não mais traz elementos distinguíveis de representação e identidade social. Por essa razão, cabe ao sociólogo a função de resgatar a categoria juventude, retirando-a dessa condição de ser apenas uma palavra e trazendo à juventude essa distinção sociológica.

No que tange à juventude e velhice, Bourdieu (2003) deixa claro que esses são padrões arbitrários classificatórios de faixa etária. Logo, por serem arbitrários e classificatórios, existe a possibilidade de não se apreender a totalidade e, ao mesmo tempo, a diversidade das múltiplas dimensões sociais intrínsecas a essas duas categorias. De fato, a faixa etária tem que ser considerada na análise sobre juventude, assim como na velhice, porém é preciso ir além e tangenciar outras esferas da vida social, cultural e histórica que demarcam os limites e as tensões da vida coletiva. Essa perspectiva mais abrangente da categoria juventude está em convergência com os estudos desenvolvidos por Pais (1993), Margulis e Urresti (1996), Cassab (2001), Dayrell (2005), Queiroz (2008), Garcia (2009), Oliveira (2015), Groppo (2017), Seabra (2017) e Duarte (2020).

O fato de não se saber definir com exatidão quando começa ou quando termina a juventude

pode até constituir uma relativa invertebrabilidade à categoria juventude, porém não a torna sem identidade, sem representação ou sem distintivos constitutivos que a distinguem. De semelhante maneira, a pluralidade e diversidade na condição e situação juvenil apontam para o fato de não se ter apenas uma única maneira de se ser jovem, o que não torna a categoria volátil ao ponto de ser apropriada de forma incipiente, irrefletida ou precipitada. É nesse ponto de análise que a proposta de nossa análise, junto às provocações dos sociólogos argentinos Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996) em *La juventud es más que una palabra*, podem elucidar melhor a categoria juventude na perspectiva sociológica e demonstrar que ela não é apenas uma palavra.

Quando juventude é mais que uma palavra

A categoria juventude precisa se desvencilhar das categorias infância, condição adulta e velhice, isso porque se essa não for distinguível não justifica ser em si uma categoria de análise sociológica. Obviamente, se reconhece que todas essas categorias são histórica e socialmente construídas e que têm características peculiares em cada tempo, cultura e época, se ressignificando a partir das mudanças da sociedade a que pertencem. De semelhante maneira, se admite também que não há uma única forma de se viver a juventude e que os grupos juvenis se organizam de formas distintas em diferentes espaços formativos, em diferentes condições sociais e em diferentes processos de disputa na sociedade. Desse modo, há várias possibilidades sociológicas de se compreender a categoria juventude.

De acordo com Groppo (2015; 2017), na Sociologia, a juventude é uma categoria social e faz parte do imaginário social; é também uma categoria histórica. Para esse autor, há também, ainda que de forma complexa e contraditória, uma relação entre a noção sociológica da juventude e os aspectos biopsicológicos dos sujeitos. As principais correntes de análise sociológicas acerca da categoria juventude são: sociologia estrutural-funcionalista, teorias críticas (nas correntes geracionais e classista) e teorias pós-críticas.

Na perspectiva da sociologia estrutural-funcionalista, a juventude é um tempo de integração social, uma mera transição para a vida adulta, sendo assim, a juventude ocupa-se de uma socialização secundária. Essa corrente de análise sociológica foi muito utilizada na primeira metade do século XX, em que ainda se discutia se havia algo intermediário entre a infância e a vida adulta, tendo em vista que, por vezes, essa transição era precoce, sendo marcada pela inserção prematura ao mundo do trabalho e pela baixa expectativa de vida. Para essa linha de investigação um dos autores mais importantes é Shmuel Noah Eisenstadt.

A teoria crítica das ‘correntes geracionais’ parte do pressuposto do tempo de moratória social associado à condição juvenil. Para esses teóricos o ser jovem é um tempo de transição para

a vida adulta, porém, mais que uma socialização secundária, admite-se aqui que esse é um tempo com características próprias e com identidade significativa para esse grupo. Ou seja, não é apenas uma transição mecânica para a vida adulta, mas sim um tempo de experimentação. Dois autores se destacam nesse tipo de abordagem: Karl Mannheim e Marialice Forachi.

A teoria crítica 'classista' compreende que a juventude é uma condição etária influenciada pelas relações de classes, ou seja, o modo como vai ser vivida a condição juvenil dependerá da classe social ao qual o sujeito pertence. Entende-se, entretanto, que a diversidade na vivência da condição juvenil, ainda que seja influenciada principalmente pelas relações de classe em seu sentido socioeconômico, também é influenciada pela condição étnico-racial, de gênero, de filiação religiosa, entre outras. Um dos autores que comumente parte dessa abordagem é José Machado Pais.

Quanto às teorias pós-críticas, parte delas se alinha à noção de pós-modernidade, em que se admite um grau ainda mais elevado de relativismo na concepção da categoria juventude, ao mesmo tempo em que se dá notoriedade ao ativismo jovem e se concentra nas diversas formas de tribalismo juvenil. Nessa abordagem, cabe uma leitura social que abarca a flexibilização e a desinstitucionalização da vida coletiva como características peculiares à condição juvenil contemporânea. Nesse tipo de abordagem destaca-se o autor Michel Maffesoli.

Dentro das teorias pós-críticas há ainda uma corrente de pensamento relacionada às teorias da segunda modernidade, que são marcantes na Sociologia da Juventude brasileira. Nessa abordagem se admite uma acentuada multiplicidade na concepção acerca da categoria juventude, incluindo a incerteza do futuro como um ingrediente nuclear e formador da condição juvenil. Entre os autores que se destacam nesse tipo de abordagem, se evidenciam os estudos de Helena Abramo e Juarez Dayrell.

A partir dessas possibilidades interpretativas da categoria juventude atreladas à função social do sociólogo, fica perceptível que se não há apenas uma forma de se viver a juventude, também não há uma única forma de se entender sociologicamente a juventude. Isso reforça a tese de que a juventude precisa ser entendida a partir da diversidade que a constitui, logo, o adequado é o uso de juventudes, no plural. Contudo, isso não dá margem para relativizar tudo e todos, tornando a categoria juventude insípida ou amórfica, pois como contestou Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996), *La juventud es más que una palabra*, e sendo assim, tem especificidades que a definem como tal.

A perspectiva de Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996) reafirma em partes a percepção de Bourdieu (2003), especialmente quando consideram que juventude é apenas uma palavra quando não se leva em consideração as estruturas sociais de poder e dominação intrínsecas às disputas pela classificação das pessoas em faixas etárias. Todavia, para Margulis e Urresti (1996) isso não

torna a categoria juventude uma mera palavra, pelo contrário, dá indicativos de que essa seja mais que uma palavra, o que traz consigo implicações culturais, simbólicas, sociais e sociológicas com relações diretas com a forma de estruturação das sociedades, especialmente no contexto ocidental moderno.

A juventude é mais que uma palavra quando ela se torna um “*signo*” e quando aponta para “*la realidad de las generaciones*” (MARGULIS e URRESTI, 1996, p. 15, 18), isto é, quando ela dá indicativos e sinais de uma realidade social que a constituiu. Dessa forma, a juventude se torna uma espécie de catalisador das memórias coletivas, geracionais e simbólicas, que as torna memórias sociais internalizadas no âmago de uma determinada sociedade, sustentando ou subvertendo os pilares de poder/dominação dessa própria sociedade. Por essa razão, há juventudes que realizam a função de conservar os padrões sociais já estabelecidos e, opostamente, há juventudes que atuam em prol do enfrentamento das estruturas de poder como estão postas. Logo, a juventude é mais do que uma discussão sobre faixa etária, apesar deste ser um importante distintivo, porém se constitui em uma discussão mais ampla que abarca as condições simbólicas desses atores sociais (*i.e.* jogadores), que estão postos a campo para disputar o jogo da representação social.

A juventude é mais que uma palavra quando ela se torna uma “*moratoria vital*” (MARGULIS e URRESTI, 1996, p. 20), ou seja, quando ele se converte em um “capital energético” (Idem) capaz de impulsionar as teias de dramas e tramas da vida social. Nesse sentido, a juventude é mais que uma palavra, pois traz consigo um bojo de promessas, esperanças, utopias e aspirações que, obviamente, tem implicações distintas a partir das histórias de vida, das condições econômicas e das condições sociais que a estabeleceram. Entretanto, apesar das múltiplas formas de se viver (ou sobreviver) a juventude, o ímpeto de ressignificar a existência, com forma essencial de energia impulsionadora e reflexiva sobre o sentido da vida, se apresenta como uma característica transversal da categoria juventude.

Para Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996, p. 28), a juventude é mais que uma palavra, pois segundo esses autores, “*las modalidades sociales del ser joven dependen de la edad, la generación, el crédito vital, la clase social, el marco institucional y el género*”. Assim, a categoria juventude é um construto social, que apesar de não ter limites bem definidos, ainda sim apresenta características significativas que os distinguem das demais etapas da vida social humana, como infância, idade adulta e velhice – caberia talvez uma distinção entre adolescentes, jovens e jovens-adultos, porém tal categorização merece uma compreensão pormenorizada que não constitui objetivo de análise nesse texto.

A partir do exposto, é possível aferir que a categoria juventude não é um estado de espírito abstrato e subjetivo, que ingenuamente se associa à curtição e alegria como únicos distintivos identitários dos grupos juvenis. Logo, é preciso reconhecer que a categoria juventude também tem seus

limites desenhados pelas estruturas sociais de poder e de dominação que classificam os ciclos da vida social humana, como propõe Bourdieu (2003). Por isso, para não incorrer do equívoco de relegar a categoria juventude ao status de *apenas* uma palavra, os autores Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996, p. 30) propõem que haja uma certa “*materialidad’ e ‘historicidad’ en el uso sociológico de la categoría juventude*”, reiterando que a juventude se constitui em um problema sociológico a ser compreendido.

Possíveis usos sociológicos da categoria juventude no Brasil

Na tentativa de se fazer uma aproximação e caracterização da categoria juventude no cenário brasileiro, é necessário pontuar inicialmente que esses jovens são diversos, vivendo em espaços e tempos sociais múltiplos e agregando sentidos plurais em suas representações coletivas, já que são mediados por diversas instâncias socializadoras e formativas, entre as quais se destacam a escola, a religião, a mídia, a família e o trabalho. Além disso, a condição econômica, urbana, territorial e social se mostra centrais na construção histórica das juventudes brasileiras. Dessa forma, reafirmamos haver uma relativa invertebrabilidade da categoria, porém isso não a torna apenas uma palavra, não ao menos para os sociólogos, em especial se a análise se refere ao Brasil atual.

No intuito de dar materialidade e historicidade à categoria juventude, assim como visando nos aproximar do contexto brasileiro atual, atribuímos, a partir de uma perspectiva sociológica, três atributos distinguíveis da condição juvenil que trazem representação social para esses sujeitos no Brasil, a saber: a condição de latência social, a emancipação das relações coletivas e o protagonismo político-histórico-social. Obviamente que reconhecemos haver outros possíveis atributos para uma análise sociológica das juventudes brasileiras do tempo presente, mas julgamos que esses dialogam e contextualizam com os pressupostos levantados por Bourdieu (2003), Margulis e Urresti (1996), Calvo (2005) e Bittencourt (2013).

O primeiro atributo de materialidade e historicidade da categoria juventude no cenário brasileiro atual é a condição de latência social, que se refere ao tempo de internalização e representação coletiva da condição juvenil junto à sociedade, ou seja, há um período histórico na vivência social em que a própria sociedade identifica quem são os jovens, trazendo diferenciação a esses. Todavia, por ser uma condição de latência há, inevitavelmente, um período para concretização, existência efetiva e reconhecimento da classificação social. Entretanto, ao menos nas décadas mais recentes, praticamente todos os indivíduos – em maior ou menor medida – vão se identificar e se apresentar, em dado tempo da vida, como jovens.

Reconhecer a latência social da condição juvenil brasileira se faz necessária na análise sociológica para se compreender que a condição juvenil não se dá da mesma forma nos distintos grupos

sociais, sendo fortemente marcada pela desigualdade de classe e formas de acesso aos espaços sociais nos quais esses jovens estão inseridos. Desse modo, os determinantes sociais e históricos dão os moldes por meio do qual surge, se consolida e se diferencia a condição juvenil. Por essa razão, a juventude é resultante da integração e da absorção de práticas culturais que se representam no cotidiano.

No cenário brasileiro atual, os jovens das classes afortunadas são identificados por estarem vivenciando um período de possíveis oportunidades de descomprometimento, tempo livre e preocupações, como apontam os estudos de Queiroz (2008). Em contrapartida, os jovens das classes populares são identificados, essencialmente, pela inserção, ainda que precária, no mundo do trabalho, bem como pelo enfrentamento dos estereótipos de criminalidade e vagabundagem, como apontam os estudos de Telles (2001). Seja como for, é perceptível que há um tempo da vida em que a sociedade brasileira identifica a condição juvenil, dando a essa a materialidade e historicidade necessárias para identificar e distinguir a categoria.

O segundo atributo que julgamos trazer relativa materialidade e historicidade à categoria juventude no cenário brasileiro atual é a emancipação das relações coletivas, ou seja, se na infância existe a obrigatoriedade da tutela do adulto; e se na velhice há relativas restrições por ocasião da idade avançada; a juventude se destaca como sendo um período de maior possibilidade de autonomia social, e sendo assim, a juventude se ressignifica e se representa socialmente nas relações coletiva oriundas da própria condição juvenil.

A emancipação das relações coletivas coloca as juventudes em destaque na sociedade brasileira, pois traz maior visibilidade a esses sujeitos nas vivências sociais, inclusive nas novas formas de representação junto às redes sociais on-line. As teias de relações que podem ser construídas a partir das interações, das vivências e da territorialidade dos jovens trazem distinção social frente à condição de infância e de velhice deles próprios em seus coletivos, especialmente a partir do que se pode ou não fazer por ser jovem. Logo, reafirma-se que a juventude é uma construção histórico-social que se evidencia na emancipação coletiva de seus atos e se ressignifica dentro das teias de relações estabelecidas junto a uma determinada sociedade, como se percebe nos estudos de Dayrell (2003).

Nos estudos sobre juventude destacados até o momento, especialmente aqueles desenvolvidos no Brasil, fica perceptível que a classificação da condição de juventude está atrelada às relações de pretensa emancipação coletiva que esses jovens estabelecem e representam junto às instâncias socializadoras e formativas nas quais estão inseridos. Desse modo, a categoria juventude está fortemente relacionada às formas de participação dos jovens nas esferas da política, da educação, da religião, da mídia, da família, do trabalho, dos movimentos sociais e dos movimentos estudantis.

Tal constatação nos aponta para o próximo atributo a ser analisado.

O terceiro atributo que ponderamos na análise e que pode evidenciar a materialidade e a historicidade da categoria juventude no cenário brasileiro atual é o protagonismo político-histórico-social das juventudes. De fato, não é novo e nem é um fenômeno exclusivo do Brasil a presença ativa dos jovens nos movimentos de enfrentamento de cunho político e social. Todavia, o que se percebe é que no cenário brasileiro, especialmente a partir de meados do século XX, as juventudes assumem um papel social decisivo nas reivindicações coletivas e, dessa maneira, a juventude se coloca como um problema social a ser analisado por alguns e, opostamente, se torna uma categoria a ser combatida por outros, como destaca Bittencourt (2013).

No Brasil, na última década, isto é, de 2010 a 2020, ao menos dois momentos nacionais evidenciam a distinção e a representação da categoria juventude em seu protagonismo político-histórico-social, a saber: as Jornadas de 2013 e as ocupações secundaristas em 2015 e 2016. Em ambos casos, o reconhecimento público e midiático considerou esses como movimentos, majoritariamente, juvenis. Dessa maneira, a categoria juventude no Brasil atual está fortemente relacionada às questões políticas e sociais, tendo a educação como um dos principais palcos desse protagonismo, como fica notório nos estudos de Lima (2018) e de Groppo e Oliveira (2021).

O protagonismo político-histórico-social das juventudes brasileiras não são ações esporádicas ou pontuais, pelo contrário, se constituem em uma das mais visíveis características da própria definição da categoria juventude. Entretanto, reconhecemos que há diversas maneiras de se viver a juventude e que a subserviência e conservadorismo político também são formas passíveis e possíveis de ser jovem no Brasil. Todavia, em uma leitura bourdieusiana, de uma forma ou de outra, os jovens são jogadores dentro dos campos sociais, disputando lugar e reclassificação social.

Considerações finais

Como aborda o sociólogo o problema dos jovens? Essa foi a pergunta que foi feita a Pierre Bourdieu em 1978, sendo também essa a mesma pergunta que norteou a escrita deste artigo. Portanto, a partir do que foi exposto, entendemos que tal pergunta ainda necessita de uma abordagem mais teórica, crítica e metodológica, que atribua à categoria juventude um valor epistemológico, científico e acadêmico, especialmente para as pesquisas desenvolvidas no campo das Ciências Sociais, quiçá, mais especificamente para a Sociologia. Esse empenho serve inclusive para compreender os limites da problematização em torno das juventudes e os limites de se tratar os jovens como um problema social (BITTENCOURT, 2013).

A partir da segunda metade do século XX e início do século XXI, fica evidente os esforços

e tentativas de construção de uma Sociologia da Juventude (GROppo, 2017). Apesar da diversidade teórico-metodológica que caracteriza a sociologia estrutural-funcionalista, assim como as teorias críticas (nas correntes geracionais e classista) e as teorias pós-críticas, ainda assim, entendemos que essas conseguem captar os sentidos, a historicidade e movimento que reiteram serem as juventudes importantes sujeitos de pesquisas sociológicas. As distinções na forma de abordagem e na concepção da categoria juventude de fato traz mais complexidade para a análise, porém isso não pode implicar no uso desmedido ou leviano da categoria, especialmente com a relação à velhice ou a envelhecimento da juventude (CALVO, 2005) como subterfúgio de negação da própria velhice e banalização do sentido atribuído à palavra juventude. Pelo contrário, tais postulados só reiteram ser a juventude uma construção histórico-social, que, portanto deve ser tratada como um problema sociológico.

No intento de destacar a categoria juventude como central para se compreender o movimento da sociedade moderna na atualidade, recorreremos aos estudos de Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996) que se empenharam para demonstrar que a juventude é mais que uma palavra. Tais esforços ainda ecoam nos rincões sociológicos como um vislumbre de possibilidades para se compreender as juventudes como sujeitos históricos em processo de transformação social. Desta maneira, abrem-se novas possibilidades de compreensão das instâncias socializadoras das juventudes, sendo essas ressignificadas a partir da participação política, do engajamento social, do envolvimento religioso, da pertença a coletivos sociais, das representações midiáticas, das mutações no mundo do trabalho, dos acessos à educação formal, entre outras dimensões da sociedade que ao fim e ao cabo reiteram que a juventude não é apenas uma palavra, especialmente quando se trata de uma abordagem sociológica.

A noção de que a categoria juventude é uma construção histórica e social faz com que sejam necessárias constantes revisões teóricas e cuidadosas contextualizações sociais para que, apesar da invertebrabilidade da categoria, essa tenha materialidade e historicidade, agregando sentido e representação que traga distinção frente a infância, idade adulta e velhice. Logo, podemos aferir que quando tratamos da categoria juventude na realidade brasileira a partir de uma leitura sociológica, em especial nas últimas décadas, é possível aferir que essa apresenta ao menos três distintivos muito peculiares, a saber: a juventude é uma condição de latência social, que traz emancipação das relações coletivas e se evidencia no protagonismo político-histórico-social.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. A tematização social da juventude. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6. São Paulo, ANPED, 1997.
- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar: 1981.
- BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. 2. ed. Rio de Janeiro/RJ: Nova Fronteira, 1990.
- BITTENCOURT, João Batista de Menezes. *Do jovem como problema ao jovem como problemática*. In: SOUZA, Marcus José Alves de; DIAS, J.C.N.S.E.N; MATIAS, M.V. (Org.). *Mora na Filosofia*. Maceió: EDUFAL, v. 1, p. 105-124, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *Lições de aula*. São Paulo/SP: Ática, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Tempo, 2003.
- CALVO, Enrique Gil. El envejecimiento de la juventud. *Revista de Estudios de Juventud*, Madrid: INJUVE, n. 71 (1), pp. 11-19, 2005.
- CASSAB, Maria Aparecida Tardin. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Niterói: Intertexto, 2001.
- CORROCHANO, Maria Carla *et al.* *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, 2008.
- CORROCHANO, Maria. Carla. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. *Avaliação – Revista de Avaliação do Ensino Superior (Campinas)*, v. 18, n. 1, p. 23-44, 2015.
- CORROCHANO, Maria. Carla. *O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole*. Annablume; Fapesp, 2012.
- DAYRELL, Juarez. *A Música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- DAYRELL, Juarez. Juventude, grupos de estilo e identidade. *Educação em Revista*, n. 30, p. 25-39, dez. 1999.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, nº 24, p. 40-52. Set-Dez, 2003.
- DEBERT, Guita Grin. *A dissolução da vida adulta e a juventude como valor*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 16, n. 34, jul./dez, p. 49-70. 2010.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1999.

DUARTE, Aldimar Jacinto. Juventudes e universidade: os desafios da formação de jovens no tempo presente. *Revista Caminhos*. Goiânia: Revista do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, v. 18, n. 1, pp. 220-233, jan./abr, 2020.

GARCIA, Dirce Maria Falcone. *Juventude em tempo de incertezas: enfrentando desafios na educação e no trabalho*. São Paulo: Annablume, 2009.

GROppo, Luís Antonio. *Introdução à sociologia da juventude*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GROppo, Luís Antonio. Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 13 (2), pp. 567-579, 2015.

GROppo, Luís Antonio; OLIVEIRA, Mara Aline. Ocupações secundaristas em Minas Gerais: subjetivação política e trajetórias. *Educação & Sociedade*. v. 42, pp. 1-18, 2021.

LIMA, Bruno Morais Avelar. *As manifestações de junho de 2013 e a representação política*. 2018. 182 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. *La juventud es más que una palabra*. In: ARIOVICH, Laura (et al.); MARGULIS, Mario (ed). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996.

OLIVEIRA, Sandra Maria de. *A melancolia na constituição político identitária da juventude*. 2015. 203 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, 2015.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. 2 ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.

QUEIROZ, Edna Mendonça Oliveira de. *Mediação familiar em processo: formação de jovens estudantes do ensino superior*. 2008. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, 2008.

SEABRA, Vinicius. *Juventudes, pobreza e urbanidade: uma análise da construção histórico-social das juventudes no Centro-Oeste brasileiro*. Goiânia/GO: Publicar, 2017.

SPOSITO, Marília Pontes (coord.). *Espaços públicos e tempos juvenis*. São Paulo: Global, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*. *Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, vol. 5, nº 1 e 2, 1994.

SPOSITO, Marília Pontes. *Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil*. In ABRAMO, H. e BRANCO, Pedro Paulo (orgs). *Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto da Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, p. 129-148, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e educação. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, nº 29, junho, 1999.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, 2001.